



18º Congresso de Iniciação Científica

**A INFORMALIDADE NA CIDADE DE PIRACICABA: O COMÉRCIO AMBULANTE DA FEIRA DE
ARTESANATO DE PIRACICABA (PRODUTOS COMERCIALIZADOS E FATURAMENTO)**

Autor(es)

ANDREWICK FRANCA

Orientador(es)

ELIANA TADEU TERCI

Apoio Financeiro

FAPIC/UNIMEP

1. Introdução

O desenvolvimento do artigo pautou-se por duas diretrizes, a saber: 1) o antecedente histórico-econômico da informalidade enquanto fenômeno inerente à dinâmica capitalista; 2) as teorias que a conceituam e precisam, tanto a informalidade, quanto seus efeitos na esfera social.

Em relação ao primeiro, temos que o essencial das relações capitalistas exigia que uma massa gigantesca de possuidores se desprendessem dos seus meios de produção, para forçadamente assumirem uma posição oposta, polarizando as relações laborais e se enfrentando como capitalista e trabalhador. Logo, a maturação do capitalismo pressupõe que dois contingentes diferentes possuidores de mercadorias se defrontando: de um lado, retentores do dinheiro, meios de produção e de subsistência, propondo-se a valorizar sua soma-valor que possuem mediante aquisição de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho, e deste modo, vendedores de trabalho.

Nesse sentido, a informalidade acompanha a própria formação da classe trabalhadora (proletariado) durante a Revolução Industrial e confirma sua presença quando emerge o “exercito industrial de reserva”. Essa é em essência a concepção de Marx, e marxistas como P. M. Sweezy, G. Lukács, R. Antunes, E. Hobsbawm, L. Huberman, M. Dobb, E. Thompson; e de historiadores que parcial ou totalmente aceitam as propostas de Marx, embora sem aderirem ao marxismo como P. Mantoux, D. S. Landes; e sociólogos como C. Offe e o brasileiro E. G. Noronha.

Já em relação às teorias que conceituam e precisam a informalidade, discute-se aqui – com base em Noronha (2001) - os diversos significados da denominação “informalidade” (ou contratos de trabalho “atípicos”), como também os elementos dos contratos de trabalho legítimos (entendidos também como “formais”). Uma vez que pairam múltiplas definições de informalidade é cabível redefini-las, sobretudo, balizando-se por distintos princípios que guiam as interpretações econômicas, jurídicas e da opinião pública. Para a caracterização da informalidade seguimos as diretrizes de Noronha (2001) que contrasta três pares de conceitos sobre os quais são percebidos os contratos de trabalho: formal e “informal”, legal e ilegal; justo e injusto. “Embora “informal” tenda a ser identificado com “sem carteira” e este com “injusto”, a aderência dos conceitos não é linear”. Contudo, a noção de informalidade é por demais indistinta; caso se aceite a idéia profusa do mercado como sempre institucionalizado quer por lei, quer por acordos coletivos ou práticas de rotina social (normas implícitas) é difícil delimitar a informalidade dos mercados. Ou seja, como o termo “informalidade” abarca um universo diversificado de significados e descreve um elevado número de situações, optou-se por restringir a abordagem como se fez. Não se pretende agrupar todas as situações que caracterizam a informalidade, mas sim tratar da

informalidade no mercado de trabalho urbano. Evita-se com isso perder-se no complexo emaranhado que permeia a economia “informal”, uma vez que economia “informal” (no sentido de não legal – sem registro) cria apenas trabalhadores “informais”, enquanto a economia formal (pagadora de impostos e registrada) freqüentemente cria empregos “informais”. Isto posto, (os antecedentes e a definição da informalidade para o estudo), prossegue-se a análise dos dados.

2. Objetivos

A Feira de Artesanato de Piracicaba registra uma história de 35 anos, desde sua atuação no município iniciada com alguns *hippies* em 1975. A Feira atraiu comerciantes informais que se juntavam aos *hippies* para comerciarem bijuterias e artigos desta natureza, de modo que, até então, era conhecida com a denominação de “Feira *Hippie*”, pois tudo era exposto em esteiras no chão. Com o passar dos anos a Feira cresceu e concentrou vários artesãos construindo uma reputação histórica considerável no município. A Feira de Artesanato de Piracicaba foi escolhida como foco de análise justamente pela natureza da atividade caracterizada pela comercialização direta de produtos “feitos a mão”, pelos próprios produtores, como também por não caracterizar-se pela revenda, contrabando ou a ilegalidade jurídica explícita (como a pirataria). Ou seja, nela concentram-se pessoas comuns que optaram por uma forma alternativa de auferir renda, com trabalho, porém não diretamente no setor “formal” do comércio. O presente trabalho visa estudar a informalidade na Feira de Artesanato de Piracicaba, particularmente no que tange a produtos comercializados e faturamento. Simultaneamente, busca-se contribuir através da reflexão científica sobre o estado de coisas em que se encontra o mercado de trabalho informal no Município de Piracicaba; e aqui relevando a Feira de Artesanato. Portanto não apenas precisar a hodierna situação, mas contribuir, ainda que minimamente, para o debate científico em torno da temática.

3. Desenvolvimento

Para a realização do presente trabalho foi aplicado um questionário de campo efetuado na Feira de Artesanato de Piracicaba, entre os meses de outubro de 2009 e abril de 2010. Almejava-se entrevistar 100 permissionários conforme o cadastrado fornecido pela SETUR (Secretaria do Turismo de Piracicaba), com efeito, dadas certas circunstâncias, tais como abandono da Feira, negativa em participar da pesquisa e informações desencontradas, reduziu-se o universo a 85 permissionários até última atualização. Deste universo de 85 permissionários apenas 70 foram entrevistados (amostra), contudo dada a ausência de informações plausíveis, reduziu-se a amostra de 70 para 51 entrevistas consideradas válidas. Em suma, a pesquisa contou com um universo de 70 permissionários e uma amostra de 51 entrevistas (o que computa 72,85% do universo).

Quanto à análise estatística privilegiou-se, a princípio, os dados de forma agrupada e geral, divididos em faturamento e preço, no entanto, a completude dos dados reverbera uma categorização interna, ou seja, o fator preço não explica o faturamento de forma linear, conforme se esperaria, o que indicou a necessária categorização na amostra.

Assim, para uma avaliação adequada dos dados optou-se por dividi-los em categorias que privilegiassem a relação e identificação interna das divisões existentes entre eles, de acordo com o artigo de predominância e semelhantes (em algum grau quando possível). Deste modo definiu-se 5 categorias subdivididas em preço e faturamento essas categorias correspondem respectivamente a: artigos em pintura, *biscuit*, bijuterias, tricô/crochê/bordados e costura/alimentação/outros.

Por fim, simultaneamente à análise de caráter estatístico, ressaltou-se a relevância de observações históricas como balizadoras da própria dinâmica interna e do comportamento e papel que o segmento informal exerce na economia local. Nossa tese é que uma investigação restrita apenas aos custos, rendimento, lucros e produtos do trabalhador informal, sem considerá-los como o determinado de uma cadeia de eventos significativos é em si incompleta.

4. Resultado e Discussão

Pela análise dos dados coletados na Feira afere-se que, quanto ao faturamento (a variável principal) o nível de dispersão se mostrou extremamente alto; esta “hiper-dispersão” dos dados é, em certa medida, incomum ao que se esperava da análise, entretanto uma análise minuciosa demonstra que, de fato é incomum também entre os permissionários se esperar um comportamento empresarial “puro”, e os que desempenham esta façanha, o fazem de modo a desempenhar uma expansão horizontal na feira, ocupando várias

barracas. (**Figura 1 e 2**). Outra possibilidade seria analisá-los a luz da especialização e/ou diversificação do portfólio de mercadorias disponíveis como resposta ao fato da “hiper-dispersão”.

Para tanto, cabe observar que os processos de diversificação se sistematizam através de dois critérios básicos: (a) a relação de proximidade verificável entre as atividades originais da “empresa” e as novas atividades em que se está expandindo (isto em termos de localização destas em dessemelhantes segmentos da cadeia produtiva) e; (b) o estado de similitude existente entre as atividades tradicionais da “empresa” e as novas atividades, isto em termos de aptidões produtivas e gerenciais.

Do primeiro critério, distingui-se a diversificação em “horizontal” ou “vertical”; no que toca o segundo critério, pode-se classificar a diversificação em “concêntrica” ou em “conglomerado”. A *diversificação horizontal* incide no ingresso de produtos que, estejam relacionados aos produtos originais da empresa, caracterizada pela concentração do capital da mesma na obtenção ou na fusão com empresas análogas. Por outro lado, a *diversificação vertical* (ou também integração vertical) ocorre quando a empresa adquire o governo sobre distintos estágios, ou etapas da produção em uma dada cadeia produtiva de outra organização, permitindo a empresa o poder de optar por principiar a produção de matérias-primas dos atuais produtos, ou incrementar sua produção, agregando valor aos bens já produzidos. Já com relação à *diversificação concêntrica*, esta ocorre quando há na empresa diversificação em mercados relacionados entre si, seja sobre o prisma das capacitações gerenciais, seja no técnico-produtivo. A *diversificação por conglomerados* se faz quando ocorre na empresa a decisão de investir em setores variados, sem qualquer tipo de sinergia, o que incorre em menor risco por operar em múltiplos setores.

A Feira de Artesanato demonstra pouquíssima contemplação destas considerações, pois uma minoria dos permissionários ali presentes incorporam estratégias de diversificação. Ainda assim, os que implementam a inovação (que é raramente perceptível na Feira) auferem vantagens e, de modo geral, são os que apresentam melhores taxas de lucratividade. (**Figuras 1 e 2**) Na concepção *schumpeteriana*, a dinâmica da economia advém do ingresso de inovações por parte dos empresários, ou seja, pela introdução de novas combinações produtivas (dos fatores disponíveis de produção), através de um processo que ele denominou de “destruição criadora”. Assim: “o capitalismo, então, é, pela própria natureza, uma forma ou método de mudança econômica, e não apenas nunca está, mas nunca pode estar, estacionário” (Schumpeter, 1982:48). Todavia, isto é de difícil aplicação à realidade informal, haja vista o não comprometimento da maioria pela mentalidade empresarial, além do fato de que a própria rotina descaracteriza o caráter inovativo. (Schumpeter, 1961: 167)

Nesse sentido observa-se que, com o passar dos anos, apenas um único permissionário desempenhou tal papel – na ocasião integração vertical (através de aluguel de barracas, transporte etc.) – sendo hoje peça vital para a manutenção de muitos na Feira, até porque, vale considera, a “inovação é arriscada, impossível para a maioria dos produtores.” (Schumpeter, 1982: 134) Além do mais, o incentivo a investir, conforme diria Keynes é baixo o que descaracteriza a noção empresarial que os permissionários poderiam ter.

Numa outra visão, vigora a especialização como na maioria das análises de economia regional, uma vez que esta é mais comum em tais ocasiões. Teoricamente Adam Smith (1776) em muito defendeu esta tese, assim como Ricardo (1821), porém a especialização na Feira de Artesanato não é precisamente definida e os permissionários raramente se especializam em um único item, ou num portfólio destes reduzido, antes, eles diversificam a sua produção, porém não de forma vertical, mas na forma horizontal, com produtos de baixo valor agregado. (**Figura 1 e 2**)

É evidente que a lógica capitalista está latente ao universo informal, de modo que a concorrência os impele a inovar e a acumular de alguma forma, contudo, uma vez que a Feira é, para muitos, mais um suplemento que uma base de renda, essa lógica é deixada de lado e todo o arcabouço competitivo restringe-se aos mais fortes, os acumuladores que vivem do artesanato. Ainda assim estes informais são autônomos e a lógica da acumulação de mais valia não se aplicaria a eles, pois na pesquisa não foi encontrada nenhum indício significativo de contratação de operários, geralmente são familiares que trabalham para aumentar a renda da família. O único indício foi de uma oficina, justamente a do permissionário que mais acumula com a Feira, através da interação vertical e horizontal. Além do mais, conforme Keynes lembrou no capítulo 17 da Teoria Geral (1933), quando se trata da escolha do portfólio, o universo que se apresenta para o informal é limitado e precário, de modo que, num campo de incertezas e riscos, o próprio ato de investir demanda coragem, experiência, dinheiro, etc. E o informal dificilmente está capacitado para este tipo de experiência.

5. Considerações Finais

Cabe por fim entender que a informalidade não é apenas um fenômeno de explicação isolada, mas que, em sua essência há várias formas de se olhar para ela, bem como de interpretá-la. Com efeito, no que tange a Feira de Artesanato de Piracicaba é fundamental entender que os artesãos não são empresários em sua maioria, mas apenas sobreviventes no mercado de trabalho competitivo e dinâmico. Como se observou, a dispersão extremamente alta dos dados (**Figura 2**) conferiu ao perfil da Feira certa incerteza sobre a relação direta e linear entre preço e faturamento, o que foi demonstrado que não há. E o próprio fato e não haver é sinônimo de que entre eles a relação com o mercado não é tão específica quanto se parece. Por fim cabe notar que a Feira é um lugar onde a maioria ganha à vida com base em outra fonte de renda, o que então define o caráter secundário da feira e este sim é um fator que pode explicar a ausência do “*animal spirit*” de Keynes, e o empreendedorismo de Schumpeter.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. 4º edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

KEYNES, J. M. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultuta, 1983.

LANDES, David S. **Prometeu Desacorrentado**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LUKÁCS, György. **História e Consciência de Classe: estudo de dialética marxista**. Rio de Janeiro: Elfos, 1989.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. 2º vol. Coleção Os Economistas. Cap. 21-23. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHUMPETER, J. 1984. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. (Editado por George Allen e Unwin Ltd., traduzido por Ruy Jungmann). — Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961

SCHUMPETER, J. A. 1982. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural. 169p. (Série Os economistas).

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre a natureza e suas causas**. 1º vol. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Anexos

